

## “MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA”: SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EEM DR. CÉSAR CALS.

Flávia Erlany dos Santos Silva<sup>1</sup>

João Pedro Araújo Martins<sup>2</sup>

Moacir Costa Ferreira<sup>3</sup>

Waldiane Sampaio Viana<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente relato de experiência visa abordar o período em que foi lecionada a Eletiva Memória Verdade e Justiça, na Escola de Ensino Médio Dr. Cesar Cals, durante os anos letivos de 2024 e 2025. A eletiva foi idealizada pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE. A eletiva tem por objetivo trabalhar o período da Ditadura Militar e Civil no Brasil e no Ceará e destacar, para os estudantes, as causas e os antecedentes do Golpe de 64 e os principais desdobramentos do período, como a criação do “Estado de Terrorismo”, através da elaboração dos Atos Institucionais e a montagem dos Aparelhos de Repressão, como o DOPS, o DOI-CODI e o SNI. Articulando o ensino de Sociologia com os registros históricos da época, a eletiva destaca como se constituiu o estado de exceção no Ceará, fazendo menção às ações de censura, perseguições, prisões arbitrárias, torturas, sequestros, mortes e desaparecimentos durante o período. Desse modo, o presente relato de experiência tem como objetivo destacar a exibição de filmes e documentários como estratégia de ensino, devido ao potencial do cinema na mobilização de reflexões críticas e no desenvolvimento da imaginação sociológica dos estudantes. A partir dos registros audiovisuais, é possível ilustrar as ações do “Estado de Terrorismo” no Brasil, bem como estimular os estudantes a questionarem o valor de um Estado Democrático em contraposição a um estado ditatorial.

**Palavras Chave:** Ensino de Sociologia; Ditadura; Terrorismo de Estado; Direitos Humanos; Democracia.

### INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência, visa abordar o período<sup>5</sup> em que foi lecionada a Eletiva Memória, Verdade e Justiça na Escola de Ensino Médio Dr. Cesar Cals<sup>6</sup>. Fui

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Ciências Sociais da UECE, e bolsista do Pibid de Ciências Sociais da UECE, email: [flavia.erlany@aluno.uece.br](mailto:flavia.erlany@aluno.uece.br)

<sup>2</sup>Graduando do curso de Ciências Sociais da UECE, e bolsista do Pibid de Ciências Sociais da UECE, e mail: [joaopedro.araujo1002@gmail.com](mailto:joaopedro.araujo1002@gmail.com)

<sup>3</sup>Graduando do curso de Ciências Sociais da UECE, e bolsista do Pibid de Ciências Sociais da UECE, e mail: [moacir.costa@aluno.uece.br](mailto:moacir.costa@aluno.uece.br)

<sup>4</sup>Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Ceará, lotada na Escola de Ensino Médio Dr. Cesar Cals, desde 2012, lecionando atualmente Sociologia e a Eletiva Memória, Verdade e Justiça. Graduada em Ciências Sociais pela UFC (Bacharelado - 2007 e Licenciatura - 2011), Mestre em Sociologia pela UFC (2009), atualmente é Supervisora do Pibid de Ciências Sociais da UECE (2024-2026) e Formadora do Foco na Aprendizagem na Área de Ciências Humanas pela SEDUC-CE. E mail: [waldianee@yahoo.com.br](mailto:waldianee@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> A Eletiva tem a proposta de ser anual, lecionei em 2024 e continuo lecionando em 2025.

<sup>6</sup> Escola situada na Avenida Domingos Olímpio, 1800 na Cidade de Fortaleza-Ce, possui 50 anos de funcionamento e atualmente funciona na modalidade de ensino regular e atende cerca de 1200 estudantes em





convidada inicialmente pela professora Catarina Mattos<sup>7</sup>, em dezembro de 2023, logo depois tomei conhecimento que essa eletiva foi desenvolvida pelo Comitê Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará, em convênio com a Secretaria de Educação - SEDUC-CE. Nesse período eu já era Supervisora do Pibid de Ciências Sociais da UECE<sup>8</sup>.

A eletiva tinha como objetivo abordar o período da Ditadura Militar no Brasil e todos os seus desdobramentos, que iam desde o Golpe Militar e Civil de 1964, a criação e manutenção dos aparelhos repressivos, a perseguição aos opositores ao regime, a censura aos meios de comunicação e produção artística e literária, às prisões arbitrárias, os sequestros, as torturas, as mortes e desaparecimentos políticos, bem como trabalhar o período de abertura política como a Lei da Anistia e o Movimento das Diretas Já! Salientando, no entanto, como foi esse período aqui não só no Brasil, mas também no Estado do Ceará e abordando o papel do Comitê Nacional da Verdade e no Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará, na apuração dos crimes ocorridos durante esses 21 anos de Ditadura.

A eletiva foi oferecida para duas turmas de primeiros anos, manhã 1º B e a tarde 1º H, com carga horária de 2 horas/aulas por semana. As turmas de primeiro ano, demonstraram uma sensibilidade e um desejo muito grande de se aprofundar nessa temática, que não é muito fácil de ser trabalhada, tendo em vista que ela traz acontecimentos tristes e sombrios e até elementos traumáticos.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, em ambos os anos de trabalho na eletiva, busquei fazer uma breve apresentação do que seria trabalhado ao longo do ano letivo, e claro tentando descobrir o conhecimento prévio que os estudantes tinham acerca do assunto, tendo em vista que a proposta da eletiva é ser anual e dividida em dois módulos semestrais: Memória, Verdade e Justiça I e Memória, Verdade e Justiça II. O primeiro Módulo vai destacar a conjuntura política de preparação do Golpe de 1964, seus antecedentes e seus desdobramentos, como a criação dos aparelhos de repressão do estado, os atos institucionais, a outorga da Constituição de 1967, o terrorismo de Estado que se deu através da censura aos meios de comunicação, a perseguição e tortura aos opositores ao regime, bem como os sequestros, as prisões e os desaparecimentos políticos desse período. Também foi trabalhado a atuação e resistência dos dois turnos, manhã e tarde.

<sup>7</sup> A Professora Catarina Almeida Mattos, leciona Português na Escola de Ensino Médio Dr. César Cals, é Coordenadora Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário e Militante da Unidade Popular.

<sup>8</sup> Fui supervisora do Pibid de Ciências Sociais em 4 momentos: 1. Na UFC, no período de 2016-2017; 2. Na UECE no período de 2018-2019; 3. Na Uece, no período de 2022 a 2024; 4. Na UECE no período de 2024 a 2026. As bolsistas Ana Flávia e Flávia Erlany me acompanharam no primeiro ano da eletiva (2024) e os bolsistas Moacir e João Pedro me acompanharam no segundo ano (2025). Neste percurso, os bolsistas ficaram ora observando, ora propondo atividades de desenvolvimento dos temas da eletiva.





Movimentos Sociais, tais como: o Movimento Estudantil, de Trabalhadores da Cidade e do Campo, de Mulheres, LGBTQIA+, Movimentos Artísticos, que enfrentaram com muita força e coragem a repressão desse período, muitas vezes sacrificando a suas vidas e de suas famílias. O segundo Módulo, tem por objetivo abordar como foi a Ditadura Militar no estado do Ceará, os locais de prisão e de tortura que existiram em nosso estado, os movimentos sociais que atuaram em defesa da democracia. Bem como também abordar os Movimentos de Anistia Política, Diretas Já! E a luta pela redemocratização no nosso país. E claro, abordar com os alunos a atuação do Comitê Nacional da Verdade e o Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará. Tendo em vista a dificuldade de lecionar a eletiva sem um material didático físico<sup>9</sup>, pensei em outras estratégias, tais como trabalhar com filmes, documentários ou vídeos curtos que retratam e exemplificam como foi o período e relacionando com os acontecimentos. E em alguns outros momentos trazendo convidados tais como o Professor Valter Pinheiro<sup>10</sup>, idealizador da proposta da eletiva, que é ex preso político e que pode dar o seu testemunho e contar a sua história para os estudantes e o Cineasta Popy Ribeiro<sup>11</sup> com a exibição do documentário “Escuridão na Terra da Luz”, que traz vários depoimentos de ex presos políticos do Ceará e que mostra os locais de prisão e tortura que operavam em nosso estado.

Dentre os filmes trabalhados temos: 1. O Dia que Durou 21 anos; 2. Zuzu Angel; 3. Marighella; 4. Ainda Estou Aqui; 5. Batismo de Sangue; 6. Documentário Castelo, o Ditador! 7. Documentário Escuridão na Terra da Luz; 8. Eles Não Usam Black-tie; 9. Série Incontáveis; 10. Cidadão Boilesen; A cada exibição de filme/documentário era realizado uma exposição inicial sobre a obra, depois eram realizadas algumas pausas para tirar dúvidas ou relacionar fatos históricos com os conceitos, em seguida era realizado um debate sobre a obra, e solicitado, aos estudantes uma resenha sobre o entendimento deles acerca do filme trabalhado, bem como um espaço para eles tirarem as suas dúvidas e estas posteriormente serem respondidas. Geralmente eram necessárias cerca de 4h/aula para cada título. Também

<sup>9</sup> Para que fosse possível executar a eletiva da melhor forma possível a Secretaria de Educação ofereceu duas formações semestrais, apresentando a proposta de três fascículos, o material didático a ser utilizado, que fora elaborado por professores da rede. No entanto, a promessa é que esse material chegaria até os professores e estudantes que aderiram a eletiva, mas infelizmente até o momento não tivemos acesso ao material físico, somente o acesso ao material digital.

<sup>10</sup> O Professor Valter Pinheiro, é ex-presos político, militou no MCI - Movimento Comunista Internacionalista e PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Atualmente é membro da Coordenação do Comitê pela Memória, Verdade, Justiça e Reparação do Ceará (CMVJ-CE).

<sup>11</sup> Popy Ribeiro é Cineasta e Diretor do documentário “Escuridão na Terra da Luz”. Possui 40 anos de profissão, é profissional de broadcast e filiado a ABICINE. Como Diretor de Cinema, destacou-se com o premiado “Escuridão na Terra da Luz”, vencedor de duas categorias no Marginal Art Festival (MAF), em Madri (Espanha), melhor produção de audiovisual e melhor direção de audiovisual.





trabalhamos com a leitura e discussão de textos em quadrinhos “ Brasil: Ditadura-Militar, um livro para os que nasceram depois.”<sup>12</sup> que foi conseguido a impressão através da coordenação da escola e a doação para os alunos. Também foi feita uma exposição desse quadrinho na escola em tamanho maior e sendo disponibilizado em um mural para que os demais estudantes da escola pudessem ler e conhecer um pouco mais sobre esse assunto. Utilizamos materiais do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Ceará (CMVJ-Ce), tais como textos e panfletos; Dentre os textos temos as produções do professor Valter Pinheiro “Um dia que perdura há 60 anos” e “Até quando a Memória, a Verdade e a Justiça continuarão presas políticas dos governos de antes e de hoje?” Também foi trabalhado o texto “ As 29 Recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade” , elaborado em dezembro de 2014; trechos do livro “Infância Roubada - Crianças atingidas pela ditadura Militar no Brasil” Livro elaborado pela Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva. Ao final de cada semestre letivo, era cobrado dos alunos um trabalho de culminância da eletiva, momento em que eles tinham a oportunidade de demonstrar o que aprenderam e apresentar para os colegas e professores convidados em formato de seminário e sala performática, com exposição sobre os temas que eram sorteados previamente, cerca de dois meses antes da apresentação. Eram divididos em equipes com no mínimo quatro estudantes e no máximo sete integrantes. Nessa ocasião os alunos eram avaliados e era atribuída uma nota que entraria na média do 2o bimestre e do 4o bimestre respectivamente.

Durante esse ano de 2025, realizamos uma Semana Ditadura Nunca Mais, entre os dias 22/04 a 25/04, com o tema: “61 anos do Golpe Militar e Civil no Brasil: A Memória para os que Nasceram Depois...”. Foi uma semana dedicada a trabalhar com os estudantes da escola os principais acontecimentos desse período através de palestras, rodas de conversa, exposição dos presos políticos e de quadrinhos espalhados pela escola e exibição de filmes e documentários sobre o assunto.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Lecionar uma eletiva como essa requer muita dedicação e leituras acerca do tema, tendo em vista que a não reprodução do material didático específico pode acabar dificultando o trabalho em sala de aula, cabendo ao professor planejar estratégias e ações para facilitar o entendimento dos educandos, bem como o seu interesse a respeito de um tema tão importante, porém não tão fácil de ser trabalhado, tendo em vista os acontecimentos históricos que violaram os direitos humanos dos que foram vítimas desse período nefasto. De acordo com Reis: "Estudar a ditadura é entender os mecanismos de repressão, censura e resistência que

<sup>12</sup> Uma obra de Joana D'Arc Fernandes Ferraz e Elaine de Almeida Bortone - Desenhos de Diana Helene.





marcaram um dos períodos mais sombrios da nossa história." (REIS, 2010). Para tal intento tem que existir inicialmente, toda uma sensibilização para que os estudantes de fato se sintam convidados a conhecerem mais desse período e se entregarem ao conhecimento da Memória, Verdade e Justiça, e ao mesmo tempo tendo que buscar envolvê-los na defesa dos direitos humanos e de valores democráticos. Inicialmente busquei fazer uma apreciação breve do que os estudantes conheciam sobre a ditadura e para a minha surpresa em ambos os anos letivos, os estudantes traziam uma bagagem prévia sobre o assunto que fora trabalhado em suas escolas de origem, porém não de maneira aprofundada. Mencionei aos mesmos que a proposta da eletiva era justamente a de aprofundar o tema e fazer com que eles saíssem com mais conhecimentos acerca desse período, bem como eles teriam também a missão de repassar esse conhecimento fora da sala de aula, em seus cotidianos. Que eles teriam a missão de serem multiplicadores do conhecimento obtido em nossos encontros e para eles também não só conhecessem o significado de uma ditadura, mas que entendesse e defendesse a democracia em seu cotidiano social, tendo em vista os acontecimentos do 08 de janeiro de 2023<sup>13</sup>. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, "compreender a ditadura militar é fundamental para fortalecer a democracia e evitar que erros semelhantes se repitam"(2001).

A exibição dos filmes e documentários durante a eletiva foi de grande ajuda e relevância para o entendimento dos estudantes, tendo em vista que os filmes e documentários seguiram uma sequência cronológica durante o ano letivo e foram escolhidos conforme o tema era aprofundado. Inicialmente para trabalharmos a conjuntura do golpe e o envolvimento dos EUA, foi exibido "O Dia Que Durou 21 Anos". Esse Documentário favorece o entendimento dos estudantes acerca dos antecedentes do golpe, a conspiração dos Militares com os americanos, a preparação do dia 31 de março e dos desdobramentos seguintes, como a implantação dos primeiros Atos Institucionais. Ao trabalhar esse documentário se fez importante, tratar de temas como a Guerra Fria e a luta ideológica entre os blocos capitalistas e socialistas. Os estudantes ficaram perplexos com a interferência norte-americana e com a não preparação do então Presidente João Goulart em reagir ao golpe de Estado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do desenvolvimento da eletiva busquei explicar que durante o período da Ditadura Militar, muitas pessoas foram presas sem julgamento, torturadas, assassinadas e desaparecidas. Segundo o relatório "Brasil: Nunca Mais", elaborado por padres e advogados, milhares de pessoas sofreram torturas e prisões ilegais durante o regime (BRASIL: NUNCA

<sup>13</sup> O dia 8 de janeiro de 2023 foi marcado por ataques às sedes dos Três Poderes em Brasília, com invasões e depredações por manifestantes bolsonaristas. O episódio foi considerado uma tentativa de golpe e um ataque à democracia brasileira. As instituições foram reforçadas e celebraram a democracia um ano após os eventos.







MAIS, 1985). Para tal intento a exibição dos filmes “Zuzu Angel”, “Marighella”, “Ainda Estou Aqui”, “Batismo de Sangue” serviram de exemplos para demonstrar como aconteceu o “Terrorismo de Estado”, através das prisões arbitrárias, dos abusos de poder, das torturas, das mortes empreendidas pelo estado brasileiro através dos Atos Institucionais e da criação de Aparelhos de Repressão como: DOI-CODI<sup>14</sup> (Destacamento de Operações Internas; Centro de Operações e Divisão Interna) e a Polícia Política (DOPS - Departamento de Ordem Política e Social) que era responsável por perseguir, prender e torturar opositores políticos. Segundo o historiador Luiz Maklouf Carvalho, o DOPS era uma das principais ferramentas de repressão, atuando de forma clandestina e violenta contra os dissidentes (Carvalho, 2004). Houve a criação, em 1964, do Serviço Nacional de Informações (SNI) que tinha como função reunir informações de inteligência e monitorar atividades políticas. Segundo o livro "A Ditadura Envergonhada" de Elio Gaspari, o SNI tinha um papel central na repressão e na censura (Gaspari, 2002). Através da censura, o Estado brasileiro controlava a imprensa, a literatura, o teatro, o cinema e outras formas de expressão artística. A censura previa a aprovação ou não de conteúdos considerados subversivos ou contrários ao regime, ela foi uma das ferramentas mais duras para silenciar opiniões contrárias.

Os filmes exibidos também serviram para ilustrar a resistência à ditadura militar no Brasil que envolveu diversos movimentos sociais que buscavam lutar contra o regime autoritário. Esses movimentos usaram estratégias variadas, como manifestações, ações clandestinas, a formação de organizações políticas e até a divulgação de informações contra a censura, como é muito bem ilustrado no filme Marighella. Muitos resistiram de forma corajosa, mesmo enfrentando repressões severas, e suas ações foram fundamentais para fortalecer a luta pela democracia no país. A exibição da “Série incontáveis”(2022)<sup>15</sup>, conta histórias que não costumam ser contadas sobre a ditadura militar no Brasil. A exibição dessa série foi um momento bem interessante da eletiva tendo em vista que os estudantes além de conhecerem os movimentos de resistência à ditadura puderam começar as suas pesquisas que iam alimentar o seu trabalho de apresentação na culminância da eletiva. Durante a ditadura militar no Brasil, as guerrilhas<sup>16</sup> foram uma forma de resistência que alguns grupos adotaram

<sup>14</sup> DOI-CODE - organismo clandestino do Exército brasileiro, na prática dos crimes de lesa-humanidade como tortura e assassinatos de presos(as) políticos(as). E o emprego de instrumentos como pau-de-arara, choque elétrico, estupro de militantes mulheres, afogamento, cadeia elétrica, etc.

<sup>15</sup> Produzida pela Comissão da Memória e Verdade da UFRJ, a série procura divulgar pesquisas acadêmicas recentes e relatórios elaborados pelas comissões da verdade. Os episódios dessa série buscam descrever os impactos da ditadura sobre os Trabalhadores do campo e da cidade, sobre os Estudantes, sobre as Mulheres, sobre Negros e Indígenas, sobre a população LGBTQIA+.

<sup>16</sup> A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado ocorrido na Região Amazônica Brasileira, entre o final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, envolvendo guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e as Forças Armadas brasileiras. O objetivo do PCdoB era estabelecer um foco de resistência





para lutar contra o regime autoritário. Essas guerrilhas geralmente envolviam ações armadas, como ataques a instalações militares, sabotagens e operações clandestinas, com o objetivo de combater a repressão e promover mudanças políticas. Apesar de serem uma forma de resistência mais radical, as guerrilhas tiveram um impacto importante ao mostrar que havia resistência armada contra a ditadura, mesmo que essa estratégia fosse bastante perigosa. Foi exposto para os estudantes que tanto no Brasil quanto aqui no Ceará também tivemos a ação de movimentos armados de acordo com Farias:

Foram dois os principais grupos nacionais armados que agiram nas terras cearenses: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR). A ALN apresentou no país como fundador o baiano Carlos Marighella, destacado militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), com o qual rompeu em 1967. Marighella havia se aproximado de Cuba e estruturou a ALN como uma “confederação” de grupos guerrilheiros, autônomos e com liberdade de iniciativa e ação, isso para evitar as verticalizações e burocratização dos tradicionais Partidos Comunistas. Marighella foi morto em São Paulo no ano de 1969”. Os primeiros contatos de cearenses com a ALN deram-se em 1967, através de um enviado de Marighella a Fortaleza. Um daqueles militantes, o professor de inglês Silvio Mota, viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da seção cearense da ALN.(FARIAS, 2019, p. 30).

Os filmes Marighella e Cidadão Boilesen ilustram muito bem a ação desses grupos organizados tais como a ALN<sup>17</sup> e o MRT<sup>18</sup>. O documentário Cidadão Boilesen revela as ligações de Henning Albert Boilesen<sup>19</sup> (1916-1971) com as ações violentas da ditadura militar. O Documentário “Escuridão na Terra da Luz”(2022), ambientado aqui no Ceará, mais precisamente na Região Metropolitana de Fortaleza, é um documentário de resistência que resgata locais históricos de manifestações políticas, de prisão, tortura e morte de militantes políticos na ditadura, através dos relatos dos personagens sobre as experiências vividas nesses locais, suas motivações e as impressões que hoje guardam desses espaços, ainda presentes na paisagem urbana da cidade. Os locais de organização e resistência dos estudantes cearenses

rural contra a ditadura militar, inspirando-se em experiências como a Revolução Cubana e a Revolução Chinesa.

<sup>17</sup> AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN) - Organização revolucionária criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Defendendo a necessidade da luta armada para derrubar o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964 e para instalar um governo popular revolucionário, a ALN, ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi um dos principais grupos que, entre as décadas de 1960 e 1970, se dedicaram à guerrilha no país.

<sup>18</sup> Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) - foi uma organização que atuou na luta armada contra a ditadura militar brasileira e que existiu entre setembro de 1969 e abril de 1971. Durante esse período, foi responsável por uma série de ações guerrilheiras que buscavam desestabilizar o regime e, ao mesmo tempo, reorganizar a classe trabalhadora para realizar uma revolução socialista. Ao contrário da maioria das organizações guerrilheiras daquele período, formadas majoritariamente por estudantes, o MRT possuía quase que exclusivamente membros operários em sua composição.

<sup>19</sup> O empresário dinamarquês, naturalizado brasileiro, ocupava o cargo de presidente do grupo Ultra e financiou a repressão da temível Oban. Além de colaborar com tortura, Boilesen foi acusado de participar de diversas sessões de tortura como observador e de se deleitar com seus amigos, tomando uísque. Em 1971 foi “justiçado”/assassinado por militantes do MRT e da Ação Libertadora Nacional (ALN), na cidade de São Paulo.”





evidenciados no documentário eram as Escolas Estaduais Liceu do Ceará e Justiniano de Serpa. Na ocasião da exibição do documentário na Escola, pudemos contar com o próprio cineasta Popy Ribeiro e com o ex-presos político Professor Valter Pinheiro (que inclusive foi estudante do Liceu do Ceará) que deu seu depoimento, contando aos jovens estudantes ali presentes a sua trajetória durante a Ditadura Militar, relatou que foi sequestrado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Pinheiro foi encapuzado e levado para o prédio da PF.

“A gente não esquece de jeito nenhum. A gente pode viver 100 anos, mas aqueles momentos não saem da nossa cabeça”... Tinha hippie, narcotraficante, vários presos. No dia seguinte, fui para outra cela, onde fiquei um mês isolado”...“De dia, eles faziam interrogatório e me ameaçavam, diziam que iam me torturar. À noite, me levavam para um lugar que depois sabemos que era a Casa dos Horrores, em Maranguape, que era a câmara de tortura da Polícia Federal”. (Depoimento do Professor Valter Pinheiro, por ocasião da Palestra na Escola Dr. César Cals em Abril de 2025)

Nessa “Casa dos Horrores”, este local, também citado no livro “Brasil Nunca Mais” (Ed. Vozes, 1985) como um dos piores “aparelhos da repressão”, Valter Pinheiro foi despido e amarrado:

“Eles amarraram minhas mãos e meus pés e colocaram eletrodos. Levei choques nos lóbulos das orelhas, na língua, nos mamilos, no pênis e nos testículos. Como eu não dizia nada, eles aumentavam a carga elétrica. Eles sabiam que eu era recém-casado e me ameaçavam: ou sairia morto ou castrado”. A tortura psicológica era outra forma de forçar a delação. “Eles fingiram uma castração com gelo e analgésicos porque eu não dizia nada. Eu não sentia mais nada e acredito que desmaiei. Acordei na cela, novamente no prédio da Polícia Federal”. (Relato do Professor Valter Pinheiro na palestra ocorrida na Escola Dr. César Cals em abril de 2025).

Dentre os locais de prisão e tortura evidenciados na eletiva e no documentário *Escurecimento na Terra da Luz*, podemos citar: o Comando da 10ª Região Militar Martins Soares Moreno, o 23ºBC - Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, a Casa dos Horrores em Maranguape, e o Presídio “Instituto Penal Paulo Sarasate - IPPS”, que de acordo com o Historador Airton de Farias (Farias, 2019, p. 22), “os presos políticos ficavam no segundo andar do Pavilhão Sete...”

Como prisão comum e política, o Instituto Penal Paulo Sarasate era administrado pelo governo do estado do Ceará, a quem competia nomear diretores, contratar funcionários e manter a instituição. No âmbito da Justiça Militar, o IPPS se encontrava sob a jurisdição da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM). O IPPS só recebeu presos políticos do sexo masculino. As mulheres ficaram em outras instituições, algumas improvisadas, como nos quartos do Hospital Militar e do Corpo de Bombeiros. Foram detidas igualmente nas dependências do Sanatório Otávio Lobo e do Instituto Bom Pastor, dependências estas usadas para receber mulheres infratoras após a desativação da Cadeia Pública. A 21 de Agosto de 1974, era inaugurado o Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, para onde seriam transferidas também algumas presas políticas. (FARIAS, 2019, p. 27 e 28).

Também trabalhamos na eletiva o processo de redemocratização do Brasil e abertura política, ou seja, o processo de retorno à democracia após 21 anos de regime militar, que







durou de 1964 a 1985. O processo começou com o governo Geisel, em 1974, e culminou com a promulgação da Constituição de 1988<sup>20</sup>. Além disso, na mesma época, ocorreu a rearticulação dos movimentos sociais. Durante esse processo, o governo teve o controle sobre a transição, pois encontrou nela uma forma de negociar algumas questões com a oposição em troca da abertura do regime. Um exemplo disso foi a decisão de não julgar os crimes contra os Direitos Humanos, especialmente os de tortura, cometidos durante a ditadura. Um exemplo claro dessa transição negociada é a Lei da Anistia, promulgada em agosto de 1979 pelo presidente João Batista Figueiredo. De acordo com o primeiro artigo desta lei,

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º. (Trecho da Lei nº 6683 de 28/08/1979) (BRASIL, 1979).

Foi feita uma discussão com os alunos sobre a repercussão desta Lei, e foi enfatizado alguns pontos importantes: 1. A Lei considera crimes conexos aqueles que se relacionam com crimes políticos ou que são cometidos por uma motivação política. 2. A lei excluiu do benefício aqueles que cometeram crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. 3. A Lei perdoou os crimes cometidos pelos militares durante o regime militar, não promovendo, portanto, um julgamento e nem uma eventual condenação desses crimes. Foi mensurado nesse debate que, ao mesmo tempo, que a lei trouxe alguns benefícios para a sociedade civil, no momento em que concedeu anistia àqueles que tiveram seus direitos políticos restringidos por conta dos Atos Institucionais e Complementares. Além disso, ela prevê o retorno à vida político-partidária dos anistiados, desde que seja em partidos legalmente constituídos. E ao mesmo tempo, promoveu o perdão para os crimes cometidos pelos militares, além de permitir que estes voltassem para a vida política. Exposto isto, os estudantes puderam concluir que não foi feito um debate político sobre o regime entre a oposição e o governo, ou seja, não foram discutidas as políticas adotadas pelos militares –

<sup>20</sup> A redemocratização foi um período de grandes transformações políticas e sociais no Brasil, marcando o fim de um longo período autoritário e o início de uma nova era democrática. A Constituição de 1988 é considerada um marco fundamental na história do país, estabelecendo as bases para a consolidação da democracia e a garantia de direitos e liberdades, contando com a colaboração dos Movimentos Sociais em sua elaboração.





desde questões econômicas e sociais até os crimes de tortura. A falta dessa discussão gerou impactos na nossa política e sociedade que se estendem até hoje<sup>21</sup>. Prova disso é que a Comissão Nacional da Verdade brasileira foi criada somente 26 anos depois do final da Ditadura, pela Lei 12528/2011, sendo oficialmente instituída em maio de 2012 pelo Estado brasileiro. Isso favoreceu também o enfraquecimento da memória das pessoas sobre esse período, afinal muito tempo se passou até que uma investigação sobre o período fosse conduzida. Além disso, diferentemente da Argentina, a CNV brasileira não possui força judicial por conta da Lei de Anistia, ou seja, ela não possui o poder de punir ou condenar qualquer pessoa que tenha violado os Direitos Humanos no regime ditatorial. Nesse sentido, a investigação teve como propósito o conforto às famílias, prestar esclarecimentos à população e elaborar documentos para estudos. A CNV brasileira durou até 2014 e seu relatório final foi entregue em dezembro<sup>22</sup>. Foi um importante instrumento de esclarecimento sobre questões relacionadas a este período: muitos crimes e casos de tortura vieram à tona graças à Comissão Nacional da Verdade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A eletiva tem uma importância muito grande no que diz respeito ao resgate da memória desse período, tendo em vista que esse assunto é muito pouco trabalhado no ambiente escolar. Ela tem a missão de resgatar a verdade e fazer com que os estudantes conheçam esse período tão sombrio da nossa história, além de trabalhar o senso de justiça, e a luta dos que resistiram ao regime para exigir que o Estado Brasileiro se responsabilize e puna os culpados que cometeram esses crimes no passado. Dialogando com D'Araújo, a eletiva oferece aos estudantes "a compreensão da ditadura militar no Brasil como sendo essencial para que possamos refletir sobre os limites da autoridade e a importância da democracia." (D'ARAÚJO, 2004). E claro, ela tem a missão de formar jovens com senso crítico para que não sejam coniventes com ditaduras e que aprendam a valorizar um regime democrático. Dentro desse processo o professor tem um papel muito importante no caminho de aprendizado dos alunos, não só por transmitir os assuntos tradicionais das

<sup>21</sup> Outro aspecto importante é a imposição dos generais ditadores da "anistia geral e irrestrita " que levou à impunidade os generais ditadores, torturadores e seus colaboradores, significando a ausência da Justiça de Transição. Até hoje o STF (Superior Tribunal Federal) não se dispôs a revisar a Lei da Anistia, excluindo os torturadores, seus mandantes e colaboradores.

<sup>22</sup> Seu relatório final foi entregue em dezembro e contou com informações sobre os métodos de tortura, execuções e desaparecimento de cadáveres, além das informações sobre detenções ilegais e os desaparecimentos forçados. Além disso, no relatório ainda consta: depoimentos de mulheres violentadas; de mães que perderam os filhos; de militantes políticos que perderam seus companheiros; de advogados que andavam de lá para cá o dia todo com uma máquina de escrever em um carro para defender os detidos; de assassinos que descrevem como matavam impiedosamente. Descrevem-se ainda os lugares de tortura, as celas, as empresas envolvidas e as ramificações internacionais da repressão brasileira. (BRASIL, CNV - 2014)







BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 28 agosto de 1979.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.)

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história**, Objetiva, 2004 .

FARIAS, Airton. **Pavilhão Sete - Presos Políticos da Ditadura Civil - Militar/** Airton de Farias. - Fortaleza: expressão Gráfica Editora, 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada** / Elio Gaspari. — São Paulo: Companhia das Letras,. 2002.

REIS, Daniel Aarão. **História da Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERRAZ, Joana D´Arc Fernandes. **Brasil: ditadura militar/** Joana D´Arc Fernandes Ferraz; Elaine de Almeida Bortone; ilustrações [de] Diana Helene. 1 ed. - [Rio de Janeiro]; Hama, 2012 24 p.;; 21,5 cm.

LUCHETTI & AMARO. Artigos **A Utilização de Filmes nas Aulas de História**, In: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, [Paraná] Cadernos PDE - 2015.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo : ALESP, 2014. 316 p.

<https://memoriasdaditadura.org.br/as-recomendacoes-da-cnv/> acesso em 30/06/2025

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210\\_recomendacoes\\_comissao\\_lk](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_recomendacoes_comissao_lk) acesso em 30/06/2025

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/memoria-e-verdade/recomendacoes-da-comissao-nacional-da-verdade> acesso em 30/06/2025.

